	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Central Metropolitana	06/08/2015 Pág. 1 de 12 04603/2007/006/2014
---	--	---

PARECER ÚNICO Nº 83 /2015	Protocolo SIAM nº 0759932/2015	
INDEXADO AO PROCESSO: Licenciamento Ambiental	PA COPAM: 04603/2007/006/2014	SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento
FASE DO LICENCIAMENTO: Licença de Operação Corretiva - LOC		VALIDADE DA LICENÇA: 06 anos

PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licença de Operação	04603/2007/005/2013	Licença Concedida

EMPREENDEDOR: Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S.A		CNPJ: 13.505.470/0001-69
EMPREENHIMENTO: Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S.A		CNPJ: 13.505.470/0001-69
MUNICÍPIO: Sarzedo		ZONA: Urbana
COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM):	LAT/Y 20°1'24"	LONG/X4 4°8'46"
LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:		
<input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
BACIA FEDERAL: Rio São Francisco		
UPGRH: SF3 - Bacia hidrográfica do Rio Paraopeba SUB-BACIA: Ribeirão Sarzedo		
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):	CLASSE
E-03-08-6	Unidade de transferência de resíduos de serviço de saúde (Câmara frigorífica dimensões: 2,43m(largura)x 2,85m(altura)x 12,18m de comprimento)	4
F-05-15-0	Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas (Depósito temporário para resíduos líquidos – Área de 350 m²)	3
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Lucas José Bhering		REGISTRO NACIONAL: 1409324311 CREA/MG: 57561 Nº ART: 14201400000002224702
RELATÓRIO DE VISTORIA: 54196/2015		DATA: 31/07/2015

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MASP	ASSINATURA
Cibele de Aguiar Neiva	1.197.551-3	
Laércio Capanema Marques	1.148.544-8	
Lívia J. Resende	1.366.755-5	
De acordo: Maíra Mariz Carvalho Diretora Regional de Apoio Técnico	1.364.287-1	
De acordo: Rafael Cordeiro de Lima Mori Diretor de Controle Processual	1.132.467-7	



1- INTRODUÇÃO

O empreendimento **Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S.A** encontra-se instalado no Distrito Industrial Benjamim Ferreira Guimarães no município de Sarzedo/MG. Possui como atividade principal o tratamento térmico por meio da Incineração de resíduos industriais líquidos e sólidos e atividade de tratamento e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS (grupo A – infectantes ou biológicos). A capacidade nominal instalada para incinerar é de 5,5 ton/hora de resíduos industriais e de 12,0 toneladas/dia para tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde e, portanto, pelo seu porte e potencial poluidor o empreendimento está enquadrado pela DN COPAM nº 74/2004 como classe 6.

A empresa recebeu a Licença de Operação nº 004/2014, emitida em 25/02/2014, para o exercício da atividade de Incineração com vencimento em 25/02/2018.

Todavia para melhor desenvolvimento das atividades, o Parecer Técnico da SUPRAM CM que subsidiou a LO estabeleceu condicionantes em seu Anexo I (condicionantes 4 e 5) as quais solicitavam: *“Formalizar processo(s) de licença de operação parcial para o pátio de armazenamento dos resíduos líquidos e a câmara frigorífica de armazenamento dos resíduos de serviços de saúde – RSS” e “É proibido o recebimento de resíduos líquidos e de resíduos de serviços de saúde – RSS no empreendimento, até que o empreendedor obtenha a(s) devida(s) Licença(s) de Operação para o pátio de armazenamento dos resíduos líquidos e da câmara frigorífica de armazenamento de RSS, respectivamente”.*

Ressalta-se que esse procedimento foi solicitado no Anexo I da LO nº 004/2014 devido à constatação em vistoria, que essas unidades de apoio à atividade de incineração não se encontravam aptas para operar e, conseqüentemente, o empreendedor teria que formalizar o licenciamento para essas áreas quando da finalização das obras. Obras essas abarcadas na LI vigente a época.

Contudo, quando do protocolo da LO das unidades previstas, objetivando o recebimento de resíduos líquidos e serviço de saúde, a LI encontrava-se com prazo de vigência legal vencida e, por isso, houve o pedido de reorientação do processo, por parte da área técnica e jurídica da SUPRAM, para uma licença de operação em caráter corretivo.

A empresa formalizou o processo de Licença de Operação em caráter corretivo em 23/12/2014 na Supram Central Metropolitana, com a apresentação dos documentos constantes no Formulário de Orientação Básico Integrado - FOBI nº 1073977/2014 C.

Em 26/12/2014 foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, entre a Ecovital e a Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental – SGRAI para a adequação do empreendimento à legislação Ambiental, visando a continuidade da operação da atividade de incineração, atendendo as condicionantes 4 e 5 da licença de Operação, conforme condições definidas no artigo 14, § 3º do Decreto Estadual nº. 44.844/2008.

Ressalta-se que o empreendedor cumpriu o Plano de Controle Ambiental - PCA quanto ao atendimento dos controles dos aspectos ambientais para as unidades do pátio de armazenamento de resíduos líquidos e a instalação de uma câmara frigorífica para armazenar os RSS atestado em vistoria no dia 31/07/2015, conforme o Auto de Fiscalização de nº 54196/2015.



2 - CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A empresa Ecovital, está instalada no Distrito Industrial do município de Sarzedo/MG, e executa a atividade principal de incineração de resíduos industriais líquidos e sólidos e atividade de tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde (grupo A – infectantes ou biológicos), conforme contemplado no processo Administrativo PA nº 04603/2007/006/2014. A empresa ocupa uma área total de 41.000 m², sendo que deste total 4.600 m² são consideradas como área construída. Conta atualmente com 47 funcionários, em regime de trabalho 12 x 36 horas.

Possui capacidade nominal instalada para incinerar até 5,5 ton/hora de resíduos industriais e de 12,0 toneladas/dia para tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde (Grupo A – infectantes ou biológicos), sendo enquadrada pela DN COPAM nº 74/2004 como classe 6.

Os resíduos são recebidos pela Ecovital em recipientes plásticos ou metálicos e classificados quanto ao conteúdo e que, a após esse procedimento, são encaminhados para o armazenamento temporário no pátio de resíduos de líquidos e sólidos. O pátio possui uma área construída de 462 m² e é dotado de cobertura, piso impermeável e lavável, sistema de coleta de efluentes para recolhimento de eventuais vazamentos como a caixa de contenção de líquidos. Possui também manta de Polietileno de Alta Densidade – PEAD sob o piso. O armazenamento dos resíduos no pátio está em conformidade com a ABNT NBR 12.235:1992

Quanto aos resíduos provenientes do serviço de saúde, aqueles que necessitarem de armazenamento temporário por período máximo de 48 horas, serão encaminhados para a câmara fria, conforme previsto na Deliberação Normativa nº 171/2011. Esta câmara encontra-se devidamente instalada e possui as seguintes dimensões: 2,43m(largura)x 2,85m(altura)x 12,18m de comprimento.

Ressalta-se que, caso ocorra qualquer vazamento, os efluentes serão encaminhados para caixas cegas e serão coletados e envasados em recipientes plásticos para posterior destinação para incineração.

A água utilizada para abastecimento no empreendimento é fornecida em parte pela COPASA, bem como o utilizada recursos hídricos oriundos de captação subterrânea para uso industrial, por meio de 3 poços tubulares cujos processos de outorga foram concluídos na fase da LO nº 004/2014 pelos processos de nº's 9248/2012, 9249/2012 e 9251/2012.

Conforme dito anteriormente este licenciamento ambiental visa à regularização apenas das unidades periféricas compostas por: uma área destinada ao armazenamento de resíduos líquidos (área de 350 m²) e a instalação de uma Câmara Frigorífica com dimensões de 2,43m(largura)x 2,85m(altura)x 12,18m de comprimento.

Os resíduos, após classificação, serão encaminhados à unidade da Ecovital, por transportadora licenciada, contratada pelo empreendimento gerador do resíduo. Chegando ao pátio, o resíduo passará por um sistema de triagem, onde será feita a sua caracterização no que diz respeito à quantificação e ao seu estado físico (líquido, lama, pastoso). Em seguida, o material será encaminhado para o galpão de armazenamento temporário (líquido).



Este galpão conta com piso impermeabilizado e lavável, construído sobre uma manta de Polietileno de Alta Densidade – PEAD, contando com um sistema de coleta de efluentes para recolhimento de eventuais vazamentos como a caixa de contenção de líquidos e cobertura com mureta de proteção em todas as suas laterais. O armazenamento dos resíduos líquidos no pátio estará em conformidade com a ABNT NBR 12.235:1992

No caso de resíduo de saúde, esse armazenamento será feito na câmara frigorífica.

Posteriormente estes resíduos serão então analisados para determinação do poder calorífico, viscosidade (para líquidos e lamas), densidade (para lamas), teor de umidade (sólidos e lamas) e composição elementar (carbono, hidrogênio, enxofre, halogênios e nitrogênio), conforme é feito atualmente para os resíduos sólidos industriais e sequencialmente será encaminhado para a etapa de preparação, que consistirá na moagem, peneiramento e mistura. A composição desta mistura será feita de acordo com as características apresentadas por cada tipo de resíduo, visando com isso, obter um material a ser incinerado que possua Poder Calorífico Inferior (PCI) entre 2.500 e 4.000 kcal/kg, concentração de cloro inferior a 5% e concentração de flúor abaixo de 0,5%, sendo então encaminhados para o incinerador para serem incinerados.

Ressaltamos que a atividade seguinte de incineração de resíduos encontra-se devidamente regularizada via processo administrativo nº 04603/2007/005/2013, Certificado LO nº 004/2014 válido até 25/02/2018.

3. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL

3.1 Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

A água utilizada para abastecimento no empreendimento é em parte fornecida pela COPASA, e em parte captada através de poços subterrâneos por meio de 3 poços tubulares cujos processos de outorga, conforme o **Parecer Único da LO Nº 362/2013** encontravam-se em Análise técnica concluída

Segue abaixo informações do balanço hídrico requerido dos 3 poços existentes na EcoVital:

Poço artesiano, processo 9248/2012 – 5,5m³/h, período requerido de 12 horas / dia

Poço artesiano, processo 9249/2012 – 1,4m³/h, período requerido de 20 horas / dia

Poço artesiano, processo 9251/2012 – 7,0m³/h, período requerido de 16 horas / dia


Para o abastecimento pela COPASA a média de consumo é de 250 m³/mês.

Sendo assim, a vazão outorgada é suficiente para atender a necessidade atual e futura do empreendimento.

3.2 Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

As estruturas - câmara frigorífica e pátio de resíduos líquidos - foram implantadas, sem necessidade de supressão de vegetal ou intervenção em Área de Preservação Permanente.

3.3 Reserva Legal

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Central Metropolitana	06/08/2015 Pág. 5 de 12 04603/2007/006/2014
---	--	---

Empreendimento localiza-se em zona urbana industrial, não sendo devida a exigência de averbação de Reserva Legal.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

4.1 Efluente Líquido Industrial

Os efluentes industriais podem ser gerados nas atividades complementares de armazenamento, câmara frigorífica, laboratório de testes, bem como em vazamentos ou derramamentos por dano no contentor. Os efluentes líquidos provenientes de vazamentos no pátio de resíduos líquidos serão direcionados para caixas cegas e serão coletados por meio de bombas pneumáticas e envasados em recipientes plásticos para posterior destinação a incineração. Quanto aos efluentes da câmara frigorífica, ficam depositados sob o piso em grade e serão coletados e destinados com o mesmo procedimento do pátio de resíduos líquidos.

4.2 Esgotamento Sanitário

Foram implantados quatro conjuntos de Fossa séptica, Filtro Anaeróbio e Sumidouro, que atendem aos seguintes pontos do empreendimento:

- Ponto Guarita – 1 colaborador (banheiro), 20 colaboradores (refeitório);
- Ponto Sala Balança – Eventualmente 1 colaborador;
- Ponto Administração – 20 colaboradores e;
- Ponto Sala de Controle – 2 colaboradores

Coletas realizadas nos meses de maio/2014, agosto/2014, dezembro/2014 e março/2015 apresentaram resultados para os parâmetros: DBO, DQO, sólido dissolvidos totais valores acima dos limites definidos pela DN COPAM/CERH nº 001/2008. Em justificativa, e atendendo ao disposto pela DN COPAM nº 165/2010, o empreendedor apresentou as seguintes informações:

Após análise dos resultados obtidos, pressupõe-se que a carga nos sistemas está abaixo do adequado para proliferação correta das colônias de bactérias, devido ao pouco uso e consequentemente baixa vazão em função do superdimensionamento do sistema de tratamento implantado, conforme Laudo emitido em 23/03/2015 pela empresa que implantou os conjuntos.

Na tentativa de melhoria dos parâmetros, no dia 20/03/2015, foram abertos todos os filtros anaeróbicos de forma a aumentar o leito filtrante. Posteriormente, foi feito um novo monitoramento, no dia 24/03/2015, para verificar se a medida tomada teria resultados positivos, porém não foram obtidos os resultados esperados.

Desta forma o empreendedor optou por abolir tais sistemas de controle substituindo-os por um sistema de coleta constando de uma caixa de acumulação que recebe todos os efluentes dos pontos das áreas da administração, sala de controle, guarita e balança, com posterior sucção do efluente acumulado por empresa especializada, com frequência quinzenal, objetivando seu recolhimento e seu devido tratamento.

Salienta-se que para as estruturas do pátio para armazenamento de resíduos líquidos e câmara frigorífica não será gerado efluente sanitário adicional.



Neste sentido, propomos como condicionante desse parecer, que a empresa apresente cópia do contrato com a empresa responsável pelo recolhimento e tratamento do efluente, sendo esta empresa devidamente regularizada ambientalmente, bem como cópia das notas fiscais do transporte e certificado de destinação final emitida pelas empresas prestadoras de serviços.

4.3 Resíduos sólidos e oleosos

Os resíduos sólidos gerados pelo empreendimento referem-se ao pó de varrição, papel, papelão e plástico provenientes do setor administrativo do empreendimento, sendo estes coletados pela prefeitura municipal que os destina ao aterro sanitário de Betim.

Quanto aos resíduos líquidos oleosos, estes são acondicionados em bombonas plásticas e armazenados temporariamente, em pátio próprio, para posterior incineração.

Já os resíduos provenientes da atividade industrial do empreendimento, tem a seguinte destinação:

- Resíduo industrial – Cal contaminada – Disposição final: Essencis MG Soluções Ambientais, possuidora da LO nº 286/2012 válida até 03/12/2016;
- Resíduo industrial – Cinzas provenientes do processo de incineração – Disposição final: Central de Tratamento de Resíduos de Macaúbas, possuidora da LO nº 173/2013 válida até 29/10/2017;

4.4 Efluentes líquidos pluviais

As águas pluviais são coletadas por rede de drenagem internas do empreendimento e convergidas para as seis caixas de sedimentação para posterior encaminhamento para o sistema de drenagem do Distrito Industrial de Sarzedo que são conduzidas para o curso d'água Ribeirão Sarzedo.

Destaca-se que em relação à coleta de águas pluviais, após ser realizadas as análises e constatados que os parâmetros avaliados estão em desacordo ao estabelecido pela Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01/2008, para seu lançamento, o efluente não é descartado para a drenagem pluvial e sim incinerado, conforme descrito no procedimento interno da Ecovital, LAB 007 – Plano de amostragem e análise.

Estamos propondo como condicionante deste parecer que a empresa apresente um projeto para o reaproveitamento desta água no seu processo industrial, de modo a reduzir o consumo da água captação dos poços artesianos.

4.5 Emissões Atmosféricas

Quanto às emissões atmosféricas, o empreendedor já realiza o monitoramento no incinerador com as amostragens isocinéticas com periodicidade trimestral para os poluentes: material particulado, SOx e NOx e frequência semestral para os parâmetros: Concentrações e taxas de emissão de HF, HCl, metais (classes 1, 2 e 3), dioxinas e furanos, em atendimento a Condicionante nº 01 da licença de LO nº 004/2014.

Destacamos que quando da obtenção da licença de operação – Certificado LO nº 004/2014, foi-nos apresentado um Estudo de Dispersão Atmosférica do Distrito Industrial de Sarzedo, elaborado pela empresa Sistema de Estudos Climáticos e Ambientais – SECA em



maio de 2012. Este estudo estimou as concentrações dos parâmetros material particulado - MP, óxidos de nitrogênio - NOx, dióxido de enxofre - SO₂, monóxido de carbono - CO, dioxinas e furanos na área do empreendimento após o início da operação do incinerador.

A primeira campanha trimestral de monitoramento ocorreu em abril/2014, após o processo ter sido colocado em marcha. A usina foi desligada em 07/06/2014, retomando a operação em 21/08/2014. Em função disso, a segunda campanha trimestral e a primeira campanha semestral, somente ocorreram em setembro/2014. A terceira campanha iniciou-se em novembro/2014 retomando a periodicidade requerida no programa de automonitoramento, sendo a última campanha realizada em Fevereiro/2015.

Nestas campanhas houve o não atendimento aos limites máximo de emissões definidos pela Resolução Conama nº 316/2002 para os seguintes poluentes: Material particulado e metais classe 2 e classe 3, ambos nos monitoramentos realizados em setembro/2014 e novembro/2014. Após avaliação dos resultados não conformes, foram realizadas análises dos problemas de processo e das características da fonte monitorada. Uma das ações mitigadoras e emergenciais implementadas pela Ecovital foi o tamponamento das mangas furadas do filtro, a fim de obter garantias de uma boa eficiência do sistema de controle. De posse dos resultados da quarta campanha, realizada em Fevereiro de 2015, e a qual deveria já refletir as ações corretivas, foi constatada a conformidade nos valores de emissão encontrados.

Quanto da concessão da licença de instalação do empreendimento foi apresentado como Estudo de Dispersão Atmosférica para os poluentes convencionais - MP, NOx, SO₂ e CO – e a modelagem, indicam que tanto as concentrações de curto prazo como as de longo são de baixíssima magnitude, sem possibilidade de violação dos respectivos padrões de qualidade do ar de acordo com a Resolução CONAMA nº 03/1990.

4.6 Geração de Ruídos

A empresa realiza o monitoramento de ruído ambiental conforme disposto pela Norma ABNT/NBR 10.151/2000, e condicionante da sua LO nº 004/2014, sendo monitorados 3 pontos, com medições diurnas e noturnas.


De acordo com o relatório de monitoramento de ruído apresentado em 26/03/2015 sob o protocolo de nº R 0337561/2015 a conclusão foi que o nível de pressão sonora equivalente(LAeq) está abaixo do nível máximo permitido (NMP) estabelecido pela Lei Estadual, nas medições diurnas e noturnas.

5- CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES DO TAC

Item 1 – Apresentar laudo de ruído ambiental, conforme disposto pela norma ABNT/NBR 10.151/2000 – PRAZO: até 60 dias a contar da assinatura do TAC

A Ecovital protocolou o laudo elaborado pela empresa Meam – Medições Ambientais Consultoria Ltda em 23/02/2015 sob o protocolo de nº R0233941/2015. Ressalta-se que a Empresa é certificada junto a Rede Metrológica de Minas Gerais.

De acordo com o relatório de monitoramento de ruído, atendendo ao cumprimento do TAC e da condicionante nº 01 da LO 004/2014, em 26/03/2015 sob o protocolo de nº R

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Central Metropolitana	06/08/2015 Pág. 8 de 12 04603/2007/006/2014
---	--	---

0337561/2015 a conclusão foi que o nível de pressão sonora equivalente(LAeq) está abaixo do nível máximo permitido (NMP) estabelecido pela Lei Estadual, nas medições diurnas e noturnas.

Item 2 – Apresentar estudo de análise de risco que contenha, inclusive os planos de contingência e emergência – Prazo: Até 90 dias a contar da assinatura do TAC

A empresa protocolizou na Supram CM o Plano de Atendimento a Emergência e Contingência, bem como o Estudo de Análise de Risco em fevereiro de 2015 sob o nº R0233957/2015.

Item 3 – Notificar a Compromitente de quaisquer condições ambientais que impliquem na alteração das limitações, condições e prazos estabelecidos neste instrumento. – Prazo: Durante a vigência do TAC

Não houve qualquer alteração.

Cabe destacar que no dia 02/03/2015 a empresa protocolou sob nº R0267976/2015 documento informando que no dia 18/02/2015 às 09:30 hs foi observada uma coloração violeta na emissão dos vapores da chaminé da Usina. Diante da peculiaridade da coloração a operação foi imediatamente interrompida para análise e determinação do ocorrido. Constatou-se que a emissão de cor violeta teve caráter tão somente visual, vez que o composto não ofereceu risco à saúde da população nem ao meio ambiente, não tendo ocasionado, portanto, qualquer degradação ambiental. A coloração foi gerada a partir da oxidação de iodo no processo de queima, oriundo de uma pequena quantidade (30 kg) de um composto sanitizante a base de iodo, contido em um lote de resíduos industriais recebido. Visando evitar novas ocorrências de emissões de efluentes atmosféricos com coloração peculiar, que podem gerar dúvidas ambientais na população do entorno, foi implantado no laboratório de controle de qualidade da empresa, um procedimento de identificação de cor na oxidação de resíduos, em especial iodo. A empresa contratou a empresa MEAM que emitiu um relatório informando que devido às características da sublimação as partículas geradas são demasiadamente "pequenas" para serem retidas nos filtros normalmente disponíveis no mercado, tratando neste caso de impacto apenas visual. Sob o aspecto de risco a saúde do corpo receptor seja ela humano e/ou ambiental.

Item 4 – Apresentar o AVCB para todos os galpões de estocagem de resíduos – Prazo: 30 dias

O AVCB foi protocolizado nesta Supram em 23/01/2015 sob o nºR0070606/2015 com validade até 04/10/2018. O Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiro está registrado sob o nº 0624452201300994.

Item 5 – Realizar constante manutenção e monitoramento nos dispositivos de controle de derramamentos de resíduos líquidos instalados nos galpões no intuito de evitar derramamento de efluentes no entorno dos galpões. – Prazo: Durante a vigência deste TAC

Até o fechamento, desse parecer, não ocorreu qualquer situação anormal pertinente aos resíduos líquido.



6. Controle Processual

Como relatado na introdução do presente parecer, foi concedida a Licença de Operação (LO) nº 004/2014 para **Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S.A.**, para o exercício da atividade de Incineração, a qual foi emitida no dia 25/02/2014 e terá vencimento em 25/02/2018. Entretanto, foi elencado como condicionante da referida LO, devidamente discriminada no respectivo parecer único, a formalização de licença de operação parcial para o pátio de armazenamento dos resíduos líquidos e a câmara frigorífica de armazenamento dos resíduos de serviços de saúde – RSS.

Diante disso, o empreendedor formalizou o processo de Licença de Operação referente aos mencionados pátio de armazenamento dos resíduos líquidos e câmara frigorífica de armazenamento, no dia 06/11/2014. No entanto, conforme já informado na introdução deste parecer, o processo foi reorientado para Licença de Operação Corretiva (LOC).

Como já relatado, em 26/12/2014, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, entre a Ecovital e a Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental – SGRAI. Conforme informado no item 5 do presente parecer, as condicionantes do referido TAC foram devidamente atendidas.

O processo encontra-se formalizado com a documentação listada no FOB, constando dentre outros a declaração da Prefeitura de Sarzedo/MG, indicando que o tipo de atividade desenvolvida e o local de instalação do empreendimento estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos do município.

Garantiu-se o cumprimento às determinações da Deliberação Normativa nº. 13, de 24 de outubro de 1995, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade da publicidade dos atos administrativos, através da apresentação da publicação do requerimento da LOC, em jornal de circulação regional. O requerimento foi veiculado pelo órgão ambiental competente, no Diário Oficial de Minas Gerais.

Por meio da certidão nº 0809689/2015, expedida pela Diretoria Operacional desta Superintendência em constatou-se a inexistência de débito, de natureza ambiental.

O empreendedor apresentou o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal, conforme determina a Lei 14.940/2003 (fl. 051).

O requerente apresentou Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Caracterização ambiental (PCA), acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

Os custos da análise da licença ambiental foram devidamente quitados, nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM nº 2.125, de 28 de Julho de 2014.

Segundo já informado no item 5 do presente parecer, para a realização da atividade objeto da licença requerida, não há necessidade de supressão de vegetação e intervenção em área de preservação permanente (APP).

Foi apresentado Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), válido até 04/10/2018.



Quanto ao prazo de validade desta licença, há de se respeitar a dos empreendimentos listados na Deliberação Normativa COPAM n.º 74/04, classe 4 (quatro), tudo nos exatos termos previsto pelo inciso III, art. 1º da Deliberação Normativa COPAM n.º 17, de 17 de dezembro de 1996, qual seja, seis anos.

Oportuno advertir, ainda, que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único e qualquer alteração, modificação ou ampliação sem a devida e prévia comunicação, e respectiva autorização do órgão responsável, torna o empreendimento em questão passível de autuação.

Desta forma, conclui-se que o processo encontra-se formalizado e devidamente instruído com a documentação exigível para a aferição e deferimento da pleiteada licença ambiental, é o que se percebe com a análise da documentação listada no FOBI e as que aqui foram instruídas.

7. CONCLUSÃO

A equipe da Supram Central Metropolitana sugere pelo deferimento desta Licença Ambiental na fase de Licença de Operação em Caráter Corretivo, para o empreendimento, destinado às **atividades de Unidade de transferência de resíduos de serviço de saúde (Câmara frigorífica dimensões: 2,43m(largura)x 2,85m(altura)x 12,18m de comprimento) e Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas (Depósito temporário para resíduos líquidos – Área de 350 m²)**, pelo prazo de 6 (seis) anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes e programas propostos.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexos I e II) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Central Metropolitana tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Superintendência Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da empresa responsável e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.



ANEXO I

Empreendedor: Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S.A

Empreendimento: Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S.A

CNPJ: 13.505.470/0001-59

Município: Sarzedo/MG

Atividade: Unidade de transferência de resíduos de serviço de saúde (Câmara frigorífica dimensões: 2,43m(largura)x 2,85m(altura)x 12,18m de comprimento) e Outras formas de tratamento ou de disposição de resíduos não listadas ou não classificadas (Depósito temporário para resíduos líquidos – Área de 350 m²),

Código DN 74/04: E-03-08-6 e F-05-15-0

Processo: 04603/2007/006/2014

Validade: 06 anos

Referência: Condicionantes da Licença de Operação

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO*
1	Apresentar cópia do contrato com a empresa prestadora de serviços de coleta e tratamento dos efluentes líquidos sanitários, bem com cópia da sua licença ambiental.	Até 30 dias após a concessão da LOC
2	Apresentar cópia das notas fiscais para o transporte e certificado de destinação final emitida pelas empresas prestadoras de serviços, comprovando a correta destinação e tratamento do efluente líquido sanitário	Durante a validade desta LOC. Apresentar relação bi-mensalmente
3	Apresentar projeto com cronograma de implantação visando o reaproveitamento da água de chuva escoada para as caixas de contenção pluvial no entorno do galpão destinado ao depósito de líquidos do empreendimento.	60 (sessenta) dias para apresentação do projeto com o cronograma



ANEXO II - RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto 1 – Câmara Frigorífica instalada



Foto 2 – Área do pátio de resíduos líquidos



Foto 3 – área da instalação dos dispositivos de drenagem – caixas de sedimentação (6)